

Ativo Diferido: um levantamento dos gastos ativados pelas empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro no ano de 2007

Marcelo Haendchen Dutra (UFSC) - mhdutra@eletrosul.gov.br

Thaís Vieira da Silva (UFSC) - thaisvie@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo investigar os gastos contabilizados no ativo diferido das empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro (BOVESPA) no ano de 2007. Para atingir o objetivo proposto realizou-se um estudo do tipo levantamento, a partir dos dados publicados pela CVM. A pesquisa tem caráter descritivo e a análise e interpretação dos dados é realizada com o uso da técnica de análise documental. As abordagens são realizadas tanto no âmbito quantitativo quanto no âmbito qualitativo. São averiguadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas de 91 das 92 companhias que entraram para o mercado de capitais brasileiro (BOVESPA) no ano de 2007. Verificou-se que 47 destas entidades apresentam em seu balanço patrimonial gastos registrados no ativo diferido e que, entre estas, 23 apresentam valores considerados relevantes se comparados a outras contas do seu balanço patrimonial. Evidenciou-se, também, que a maior parte dos gastos registrados por estas companhias na rubrica de ativo diferido é caracterizada como gastos pré-operacionais, e que em alguns casos poderão gerar impacto significativo nos resultados futuros das empresas.

Palavras-chave: *Ativo Diferido. Demonstrações Contábeis. Mercado de Capitais.*

Área temática: *Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos*

Ativo Diferido: um levantamento dos gastos ativados pelas empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro no ano de 2007

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo investigar os gastos contabilizados no ativo diferido das empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro (BOVESPA) no ano de 2007. Para atingir o objetivo proposto realizou-se um estudo do tipo levantamento, a partir dos dados publicados pela CVM. A pesquisa tem caráter descritivo e a análise e interpretação dos dados é realizada com o uso da técnica de análise documental. As abordagens são realizadas tanto no âmbito quantitativo quanto no âmbito qualitativo. São averiguadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas de 91 das 92 companhias que entraram para o mercado de capitais brasileiro (BOVESPA) no ano de 2007. Verificou-se que 47 destas entidades apresentam em seu balanço patrimonial gastos registrados no ativo diferido e que, entre estas, 23 apresentam valores considerados relevantes se comparados a outras contas do seu balanço patrimonial. Evidenciou-se, também, que a maior parte dos gastos registrados por estas companhias na rubrica de ativo diferido é caracterizada como gastos pré-operacionais, e que em alguns casos poderão gerar impacto significativo nos resultados futuros das empresas.

Palavras-chave: Ativo Diferido. Demonstrações Contábeis. Mercado de Capitais.

Área Temática: 16. Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos.

1 Introdução

Nos próximos anos, o crescimento da economia mundial estará inevitavelmente ligado ao desenvolvimento de algumas nações, como o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul (BRICS). Estes países possuem um potencial de desenvolvimento bastante representativo. Além da possibilidade de crescimento, os BRICS são citados como potência para modificar o mundo atual, tanto negativamente, pelas ameaças que podem se tornar, quanto positivamente, pelas oportunidades de contribuição ao desenvolvimento sustentável da nação que estes cinco países representam do ponto de vista econômico, social e político (PROJETO BRICS, 2008).

No que se refere ao Brasil, de acordo com O'Neill (*apud* PEREIRA FILHO, 2007), criador do conceito BRICS, “o PIB do Brasil só precisa crescer 3,5% ao ano para virar uma grande potência, mas mais importante que manter o PIB é continuar com inflação controlada, reduzindo os juros, o que favorece os investimentos”. Dentro deste contexto, uma das principais formas de promover o crescimento sustentável em uma economia capitalista é através do fortalecimento do mercado financeiro e de capitais do país.

Embora o mercado de capitais brasileiro seja ainda pouco explorado, todo o rumor que o envolve, desde investimentos por parte do governo até a redução do risco Brasil, fez com que o número de empresas com novos registros concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aumentasse consideravelmente nos últimos três anos. Em 2005, foram concedidos 24 novos registros. Durante o ano de 2006 foram 53. Em 2007, constam 92 novos registros concedidos (CVM, 2008).

Com todo esse crescimento e até mesmo pelos relevantes investimentos por parte do Governo, é possível verificar a necessidade de serem feitos estudos para que haja um maior entendimento do mercado de capitais nacional. As entidades que participam desse mercado

devem apresentar demonstrações financeiras (ou contábeis) fidedignas, transparentes e úteis para a tomada de decisão. Nesse contexto, a contabilidade pode contribuir com a sua parcela para que o andamento do mercado de capitais brasileiro obtenha sucesso.

Em geral, as empresas que ingressam no mercado costumam realizar gastos que irão contribuir para a formação de vários exercícios subsequentes, dentre os quais pode-se enumerar aqueles que são classificados no ativo diferido. Dessa forma, os valores contabilizados nesta rubrica, em conjunto com outras variáveis, podem sinalizar uma tendência de ações que as empresas tomarão.

Assim sendo, o presente trabalho propõe-se a investigar os gastos contabilizados no ativo diferido das empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro (BOVESPA) no ano de 2007. O ativo diferido é um subgrupo do ativo permanente (não circulante), considerado como um intangível capaz de trazer benefícios econômico-financeiros a mais de um exercício social. Os gastos nele contabilizados deverão ser amortizados, ou seja, apropriado como despesa no resultado de diversos períodos.

Diante do contexto apresentado, surge o seguinte questionamento: Quais gastos foram ativados na rubrica de ativo diferido das empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro (BOVESPA) no ano de 2007?

1.1 Justificativa

Ao ingressar para o mercado de capitais brasileiro, as companhias devem publicar demonstrativos financeiros expondo sua situação econômico-financeira e patrimonial à apreciação pública. Esses dados são fontes de informação para a tomada de decisão de investidores, financiadores, entre outros tipos de usuários externos (IUDÍCIBUS e LOPES, 2004).

Conforme Dalmácio et al. (2007, p. 01), “a relevância das informações contábeis, há décadas, vem sendo alvo de pesquisas, no meio acadêmico. Nessas pesquisas, variáveis contábeis (Lucro, Patrimônio Líquido) são utilizadas como *proxy* para buscar explicação do comportamento dos preços das ações”. Não obstante, uma outra variável contábil que se pode citar é o ativo diferido.

O poder informativo, contido no subgrupo ativo diferido de uma determinada empresa, pode permitir verificar a tendência de investimentos e de tempo de duração que a empresa busca com o seu ingresso no mercado de capitais. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Dalmácio et al. (2007), que estudou o ativo diferido ligado à avaliação de empresas, relativamente à determinação do valor das suas ações, e que obteve como conclusão que o ativo diferido pode ter impacto negativo nos preços das ações das empresas brasileiras.

Portanto, um levantamento sobre tais informações pode contribuir para a compreensão conceitual e empírica sobre o ativo diferido, servindo de subsídio para outras pesquisas, além de auxiliar no estudo da qualidade da informação contábil. Destarte, o trabalho apresenta no tópico seguinte a abordagem metodológica utilizada na pesquisa; em seguida a fundamentação teórica; na seção 4 aparece a descrição e análise dos dados pesquisados; e, por fim, as considerações finais.

2 Abordagem metodológica

Dentro das tipologias de pesquisa aplicáveis à contabilidade expostas por Raupp e Beuren (2006), este trabalho, quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa descritiva; quanto aos procedimentos, como um levantamento (*survey*); e, quanto à abordagem ao problema, como qualitativo e quantitativo. A técnica utilizada para a análise e interpretação dos dados é a análise documental.

No que se refere ao levantamento, optou-se pela utilização de uma amostragem não

probabilística por acessibilidade. De tal sorte, esta definição levou à seleção das 92 companhias brasileiras de capital aberto com registros concedidos pela CVM no ano de 2007, das quais foram extraídas 91 demonstrações contábeis que foram publicadas no ano de 2008, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Sobre estas informações foi realizado o estudo.

Relativamente à coleta de materiais, as informações analisadas foram obtidas na *homepage* da CVM, órgão que disponibiliza as informações societárias exigidas de três formas: Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Informações Anuais (IAN) e Informações Trimestrais (ITR). Apenas as duas primeiras referem-se ao exercício anual, sendo elas as utilizadas na pesquisa.

A análise documental foi, desse modo, preponderantemente realizada nos balanços patrimoniais e nas notas explicativas das empresas selecionadas. A análise foi realizada por intermédio de dupla abordagem, tanto quantitativa quanto qualitativa. Na primeira, buscou-se quantificar os gastos contabilizados na rubrica de ativo diferido e determinar quais possuem **Relevância** no contexto individual das empresas; na segunda, procurou-se verificar e discutir a evidenciação destes gastos classificados como **Relevantes**.

2.1 O conceito de RELEVÂNCIA adotado no estudo

Para o FASB (*apud* BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002, p. 286) relevância é:

a magnitude de uma omissão, erro ou classificação indevida de informação contábil que, dadas as circunstâncias, torna provável que o julgamento de uma pessoa razoável que tenha utilizado a informação teria sido mudado ou influenciado pela omissão, erro ou classificação indevida.

As metodologias para determinação da relevância utilizadas pela auditoria, tanto nas demonstrações contábeis, como individualmente nas contas patrimoniais e de resultado, podem servir de base para avaliações empíricas. Verificados os aspectos quantitativos e qualitativos, é possível inferir sobre dados que poderiam passar despercebidos se não fossem observados com a cautela devida.

De acordo com a Resolução CFC nº 981/03:

a relevância depende da representatividade quantitativa ou qualitativa do item ou da distorção em relação às demonstrações contábeis como um todo ou informação sob análise. Uma informação é relevante se sua omissão ou distorção puder influenciar a decisão dos usuários dessa informação no contexto das demonstrações contábeis. Omissões e distorções são causadas por erros ou fraudes.

Segundo Boynton, Johnson e Kell (2002), uma quantia e/ou uma informação contábil específica pode ser relevante para uma entidade e não ser para outra, assim como pode o ser em um período e não ser em outro, devendo-se, portanto, observar sempre a informação em conjunto, colocando-a em um contexto (circunstância), comparando o volume destas e adequando às necessidades de informação dos usuários das demonstrações.

Os autores (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002, p. 287) comentam ainda que em cada demonstração contábil existe um nível diferente de relevância; por exemplo: “para a demonstração do resultado, a relevância pode basear-se em receita total, lucro operacional, lucro antes do imposto de renda ou lucro líquido; para o balanço, em total do ativo, ativo circulante, capital de giro ou patrimônio líquido”.

Boynton, Johnson e Kell (2002) explicitam também que, após quantificar a relevância das demonstrações contábeis, é possível estimar uma quantia que seria relevante para cada conta, rateando a relevância das demonstrações contábeis às contas do balanço, por exemplo. Para tanto, propõem, como formas para se analisar a relevância nas informações contábeis, que uma conta seja considerada relevante quando são observados os seguintes aspectos quantitativos e/ou qualitativos: quantitativos, em que as contas que representam de 5% a 10% do lucro antes do imposto de renda (10% para lucros menores, 5% para maiores), **0,5% a 1%**

do ativo total, 1% do patrimônio líquido, 0,5% a 1% da receita bruta ou um percentual variável sobre o ativo total ou a receita, o que for maior; qualitativos, que serão considerados relevantes quando relacionadas com o efeito que a não-conformidade pode causar à informação contábil. Em outras palavras, um dado ou informação pode não ser relevante quantitativamente, mas ser relevante qualitativamente. Contudo, neste estudo optou-se pela adoção do critério de relevância sob a ótica predominantemente quantitativa.

3 Fundamentação teórica

3.1 Ativo Permanente Diferido

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 199), “ativos diferidos caracterizam-se por serem ativos intangíveis, que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais, no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação dos resultados da empresa”.

Parte integrante do balanço patrimonial, o ativo diferido é uma subclasse do ativo permanente. O que está escriturado no ativo diferido não pode ser confundido com despesas pagas antecipadamente. Nele são escriturados gastos que serão apropriados às despesas operacionais na forma de amortização quando estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa. Nesta subclasse podem ser escriturados gastos de implantação e pré-operacionais; gastos com pesquisa e desenvolvimento; gastos com implementação de sistemas e métodos; gastos com reorganização (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000).

Dentre as subdivisões enumeradas, os autores (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p. 200) relatam que, o agrupamento de gastos de implementação e pré-operacionais:

deverá ser utilizado para novos empreendimentos, tais como a organização, construção e implementação de uma nova fábrica. Abrigará todos os gastos incorridos antes do início de suas operações, abrangendo ainda o período de testes iniciais de produção da fábrica, quando for o caso.

Como gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.201) acrescentam que, encontram-se gastos como salários, encargos e outros custos de pessoal alocados às atividades, materiais, serviços e gastos gerais consumidos durante a atividade, depreciação e amortização de equipamentos, instalações e patente ou licenças relacionadas à atividade.

Em relação aos gastos de implementação de sistemas e métodos, somente são alocados custos quando estes podem ser identificados e representarem claro benefício futuro para a entidade, muito embora, conforme destacam Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000), esses tipos de gastos sejam freqüentemente registrados como despesas operacionais no resultado do exercício, em face do conservadorismo e de sua grande dificuldade de conexão com os benefícios futuros.

Ainda de acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.202), “os gastos realizados com a reorganização de setores ou da totalidade da empresa podem ser registrados no ativo diferido, para serem amortizados nos exercícios em que a companhia usufruir dos resultados dessa reorganização”.

Relativamente à realização dos gastos registrados no ativo diferido, a baixa dos valores contabilizados se dará por meio de amortização. A amortização do ativo diferido é a baixa como despesa dos gastos ativados, ou seja, o reconhecimento gradativo dos gastos no resultado da entidade (IUDÍCIBUS, 2006).

A este respeito, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 394) lembram que “o procedimento de amortização tende a resultar num método de normalização de lucro que visa impedir oscilações causadas pela aquisição variável de ativos intangíveis não relacionadas apenas às atividades operacionais correntes.

De acordo com o descrito na Lei nº. 6.404/76 e no RIR/99 (Decreto-lei nº 3.000/99), a

amortização dos valores registrados no ativo diferido deverá ser feita em, no mínimo, cinco anos e não deve exceder dez anos, a partir do início das operações normais ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios, devendo ser registrada a perda do capital aplicado quando abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.

3.2 Comparativo entre as normas brasileiras, internacionais e norte-americanas

Em relação às normas de outros países, existem diferentes formas de tratamento para os gastos que no Brasil são classificados como ativos diferidos. A seguir segue os Quadros 1 e 2, que apresentam um comparativo entre as principais normas contábeis existentes: internacionais (IASB GAAP), norte-americanas (US GAAP) e brasileiras (BR GAAP).

Comparativo entre práticas contábeis para registro de gastos com pesquisa e desenvolvimento	
(IAS 36, IAS 38) <i>(IASB GAAP)</i>	Pesquisa é a investigação original e planejada para obter novos conhecimentos. Os custos de pesquisa devem ser debitados ao resultado quando incorridos. Desenvolvimento é a aplicação de descobertas de pesquisas ou outros conhecimentos a um plano ou projeto para a produção de materiais, produtos substancialmente melhorados, etc. e não inclui a manutenção ou aperfeiçoamento das operações correntes. Os custos de desenvolvimento devem ser contabilizados como despesas. Somente podem ser capitalizados os custos incorridos em conexão com um projeto que satisfaça os seguintes critérios: a) o produto/processo é claramente definido e os custos a ele atribuídos podem ser identificados separadamente; b) a viabilidade técnica do produto já foi demonstrada; c) a administração indicou que pretende produzir o produto/processo e colocá-lo no mercado ou utilizá-lo; d) existe uma clara indicação de um mercado futuro para o produto/processo ou, se o produto/processo for destinado ao uso interno, sua utilidade foi claramente demonstrada; e) há ou haverá recursos adequados para completar o projeto e colocar o produto/processo no mercado. Os custos de desenvolvimento diferidos devem ser limitados ao valor que a empresa pode razoavelmente recuperar com lucros futuros, considerando os custos de desenvolvimento futuros bem como os custos de produção, vendas e respectiva administração. Os custos de desenvolvimento diferidos devem ser alocados aos períodos futuros em base sistemática, relacionada com a venda ou uso esperado para o produto/processo, ou sua vida útil.
(SFAS 2, SFAS 68, R55) <i>(US GAAP)</i>	Os Princípios Contábeis Norte-Americanos definem os termos pesquisa e desenvolvimento de modo similar às IAS. Somente os custos de materiais, equipamentos, instalações e intangíveis adquiridos de terceiros e usados em atividades de pesquisa e desenvolvimento que tiverem usos futuros alternativos podem ser capitalizados e amortizados. Com a exceção de certos programas de computador desenvolvidos internamente, todos os custos de pesquisa e desenvolvimento agora não são mais capitalizados sob os Princípios Contábeis Norte-Americanos, devendo ser debitados ao resultado, quando incorridos.
(Lei nº 6.404/76, Pronunciamento VIII do IBRACON) <i>(BR GAAP)</i>	As despesas com pesquisas e desenvolvimento que irão contribuir na geração de receita por mais de um exercício podem ser capitalizadas como um ativo diferido. As despesas com pesquisas e desenvolvimento devem ser avaliadas ao custo e deduzidas de amortização acumulada. O período de amortização deve ser determinado pelo período no qual os benefícios futuros serão gerados. Todavia, o período de amortização geralmente utilizado é baseado na legislação fiscal que requer um período mínimo de amortização de 5 anos e um máximo de 10 anos pela legislação societária. Se em qualquer período houver dúvidas sobre a viabilidade e recuperação das despesas de pesquisa e desenvolvimento diferidas, o valor líquido das despesas com pesquisas e desenvolvimento deverá ser baixado imediatamente.

Fonte: Adaptado de KPMG Brazil (2001).

QUADRO 1 – Comparativo entre práticas contábeis para registro dos gastos com pesquisa e desenvolvimento

O Quadro 1 demonstra um comparativo entre três normas que regem a ativação, ou não, de gastos com pesquisa e desenvolvimento. Em conformidade com as normas internacionais, os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem ser contabilizados como despesa, a menos que o projeto ao qual os custos são decorrentes satisfaça alguns critérios

enumerados pelas normas IASB GAAP; em relação às normas utilizadas nos EUA, os gastos desta natureza não deverão ser ativados, com algumas exceções, como é o caso dos gastos com a criação de certos programas de computador desenvolvidos internamente; no Brasil, até 31/12/2007, os gastos com pesquisa e desenvolvimento poderiam ser ativados.

Comparativo entre práticas contábeis para registro de gastos com “despesas pré-operacionais”		
IASB GAAP. Empresas em fase pré-operacional	US GAAP. Empresas em fase pré-operacional	BR GAAP. Empresas em fase pré-operacional
(IAS 38)	(SFAS 7, SOP 98-5)	(Lei 6404/76, Pronunciamento VIII do IBRACON)
As despesas incorridas por uma empresa no estágio pré-operacional devem ser imediatamente contabilizadas no resultado, salvo se forem de natureza que permita capitalização no imobilizado.	Os Princípios Contábeis Norte-Americanos requerem que as empresas no estágio préoperacional sigam os princípios contábeis geralmente aceitos aplicáveis às empresas operacionais. O tratamento contábil deve ser governado pela natureza da transação, em vez do grau de desenvolvimento da empresa.	Todos os custos incorridos no estágio pré-operacional, além dos custos capitalizados como ativos fixos, são capitalizados como ativos diferidos. Esses ativos diferidos são amortizados por um período que começa na data do início das operações por um prazo mínimo de 5 anos, conforme legislação fiscal e máximo de 10 anos conforme Lei 6404/76 e Pronunciamento VIII do IBRACON.

Fonte: KPMG Brazil (2001).

QUADRO 2 – Comparativo entre práticas contábeis para registro de gastos com “despesas pré-operacionais”

O Quadro 2 apresenta o comparativo em relação às despesas pré-operacionais. Pelas normas internacionais, mesmo em fase pré-operacional, os gastos da companhia devem ser registrados como resultado, a menos que a natureza do gasto possibilite a ativação no Imobilizado; nos EUA, as companhias em fase pré-operacional devem seguir as mesmas regras aplicáveis às empresas em operação, sendo assim, só é permitido registrar no ativo os gastos com o desenvolvimento de alguns programas de computador, o qual não será classificado como ativo diferido, até porque este subgrupo, assim como no caso das normas internacionais, não está previsto; no Brasil, todos os custos incorridos na fase pré-operacional são capitalizados.

Com isso, analisando as três normas, percebe-se que, no Brasil, há uma maior liberalidade em relação à ativação de gastos, tanto para entidades em fase pré-operacional quanto para aquelas em operação. No que tange especificamente aos gastos contabilizados como ativo diferido, subgrupo não previsto nas IASB GAAP e US GAAP, pode-se verificar que esta é uma peculiaridade das demonstrações contábeis brasileiras. Daí, inclusive, um dos motivos pela escassa literatura sobre o tema.

3.3 Alterações da Lei nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07 promoveu algumas alterações na Lei das S.A., as quais passam a produzir efeito a partir do exercício de 2008. A seguir são apresentadas as alterações consideradas mais relevantes para o entendimento deste estudo.

Anteriormente a esta legislação, a redação do artigo 179, inciso V, possuía a seguinte redação:

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Após a entrada em vigor da Lei nº 11.638/07, a seguinte redação passou a vigorar:

V - no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que

contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

A grosso modo, do que foi visto até o presente momento, pode-se dizer que as despesas com pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos realizado para reduzir custos de vários períodos ou ainda aumentar a eficiência operacional das empresas e que não produzem receita adicional (como pode ser o caso de alguns gastos com implementação de sistemas e métodos), passaram a não mais serem permitidos o seu registro na rubrica de ativo diferido, a partir de 01/01/2008.

E ainda, outra modificação trazida pela lei (artigo 183, parágrafo 3º) foi a exclusão de prazo definido de amortização do ativo diferido, substituída pela análise periódica da vida útil econômica estimada do ativo, respeitando a condição de recuperabilidade deste (*impairment*).

4 Descrição e análise dos dados

No ano de 2007, a CVM concedeu 92 novos registros para companhias de diversos setores e variados segmentos de operação. O Quadro 3 elenca estas 92 empresas, com as datas da concessão dos registros.

Companhias com registro concedido no ano de 2007		
Ordem	Companhia	Data de registro CVM
1	ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.	04/01/2007
2	TECNISA S.A.	09/01/2007
3	COMPANHIA FERROVIARIA DO NORDESTE-CFN	11/01/2007
4	RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	18/01/2007
5	TFA SECURITIZADORA S.A.	19/01/2007
6	PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTS	23/01/2007
7	CAMARGO CORREA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A.	29/01/2007
8	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	02/02/2007
9	SÃO MARTINHO S.A.	07/02/2007
10	TAIPE TRANCOSO EMPREENDIMENTOS S.A.	07/02/2007
11	BANCO S.A. NTANDER S.A.	02/03/2007
12	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	02/03/2007
13	EMPRESA DE INVESTIMENTOS EM ENERGIAS RENOVÁVEIS	08/03/2007
14	REAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL	19/03/2007
15	BANCO PINE S.A.	27/03/2007
16	JBS S.A.	27/03/2007
17	OPPORTUNITY SECURITIZADORA DE CREDITOS IMOB. S.A.	30/03/2007
18	ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A.	03/04/2007
19	JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.	04/04/2007
20	FERTILIZANTES HERINGER S.A.	10/04/2007
21	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	10/04/2007
22	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	16/04/2007
23	BEMATECH IND COM EQUIP ELETRONICOS S.A.	17/04/2007
24	CIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	17/04/2007
25	AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	19/04/2007
26	BRC SECURITIZADORA S.A.	20/04/2007
27	WILSON SONS LIMITED	25/04/2007
28	BANCO SOFISA S.A.	26/04/2007
29	SANTOS BRASIL TECON S.A.	16/05/2007
30	INPAR S.A.	23/05/2007
31	TARPON INVESTIMENT GROUP	23/05/2007
32	LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	04/06/2007
33	PARANA BANCO S.A.	11/06/2007

34	GOLDFARB INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.	12/06/2007
35	SLC AGRICOLA S.A.	12/06/2007
36	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	13/06/2007
37	MARISA S.A.	13/06/2007
38	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	15/06/2007
39	MARFRIG FRIGORIFICOS E COM. ALIMENTOS S.A.	18/06/2007
40	BANCO DAYCOVAL S.A.	27/06/2007
41	TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.	28/06/2007
42	IMOWEL SECURITIZADORA	02/07/2007
43	MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	02/07/2007
44	SAGI PARTICIPAÇÕES S.A.	02/07/2007
45	SAHY PARTICIPAÇÕES S.A. (Registro cancelado em 16/11/2007)	02/07/2007
46	SETIBA PARTICIPAÇÕES S.A.	02/07/2007
47	BANCO BONSUCESSO S.A.	09/07/2007
48	BANCO PATAGONIA S.A.	09/07/2007
49	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	09/07/2007
50	BANCO INDUSVAL S.A.	10/07/2007
51	REDECARD S.A.	11/07/2007
52	CIA BRASILEIRA DE DESENVOLV IMOB TURISTICO	12/07/2007
53	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	13/07/2007
54	NOVA AMERICA S.A. - AGROENERGIA	16/07/2007
55	MINERVA S.A.	18/07/2007
56	AÇUCAR GUARANI S.A.	20/07/2007
57	BANCO ABC BRASIL S.A.	23/07/2007
58	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	25/07/2007
59	MULTIPLAN EMP. IMOBILIARIOS S.A.	25/07/2007
60	SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.	25/07/2007
61	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	26/07/2007
62	ESTACIO PARTICIPAÇÕES S.A.	26/07/2007
63	GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.	26/07/2007
64	CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL	27/07/2007
65	CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SP-VIA OESTE	27/07/2007
66	CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMP PART	01/08/2007
67	COSAN LIMITED	15/08/2007
68	MATONE SECURITIZADORA S.A.	17/08/2007
69	MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.	23/08/2007
70	VISION SECURITIZADORA	29/08/2007
71	PPE FIOS ESMALTADOS S.A.	10/09/2007
72	SATPEL INDUSTRIAL S.A.	10/09/2007
73	NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.	11/09/2007
74	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	17/09/2007
75	SUL AMERICA S.A.	03/10/2007
76	TRISUL S.A.	10/10/2007
77	CONSTRUTORA TENDA S.A.	11/10/2007
78	J.MACEDO S.A.	16/10/2007
79	AGRENCO LIMITED	22/10/2007
80	BOVESPA HOLDING S.A.	23/10/2007
81	AMIL PARTICIPAÇÕES S.A.	24/10/2007
82	INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION - IFC	24/10/2007
83	BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	26/10/2007
84	LAEP INVESTMENTS	29/10/2007
85	BANCO PANAMERICANO S.A.	12/11/2007
86	VIX LOGÍSTICA S.A.	27/11/2007
87	BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS - BM&F S.A.	28/11/2007

88	LAHOTELS S.A.	29/11/2007
89	MPX ENERGIA S.A.	07/12/2007
90	CENTENNIAL ASSET PARTICIPAÇÕES LOGÍSTICA S.A.	11/12/2007
91	MOENA PARTICIPAÇÕES S.A.	24/12/2007
92	MONTICIANO PARTICIPAÇÕES S.A.	24/12/2007

Fonte: Homepage da CVM.

QUADRO 3 – Companhias com registro concedido no ano de 2007

Dentre os 92 registros concedidos pela CVM no ano de 2007, apenas um foi cancelado, o registro que havia sido concedido à Sahy Participações S.A., em 02/07/2007. Afora esta companhia, outras 44 empresas que foram investigadas não apresentaram, em suas demonstrações contábeis, nenhum saldo na rubrica de ativo diferido, as quais aparecem grifadas no Quadro 3.

Portanto, excluindo-se das 92 empresas estas 45 (44 que não possuíam saldo no ativo diferido mais a que foi cancelado o registro), remanesceram 47 companhias, sob as quais o estudo foi, efetivamente, desenvolvido. A seguir é demonstrado o Quadro 4 que relaciona essas 47 empresas e os saldos existentes na rubrica de ativo diferido do balanço patrimonial do exercício findo em 31/12/2007.

Empresas com saldo na conta Ativo Diferido (em R\$ mil)					
Ordem	Companhia	Ativo Diferido (Líquido)	Detalhamento do Ativo Diferido	Ativo Diferido (Bruto)	Amortização Acumulada
1	AÇUCAR GUARANI S.A.	9.005	Pré-operacionais	9.005	Não informa
2	AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	2.413	Empreendimentos em incorporação	2.413	Não informa
3	ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A.	4.920	Ágio	29.294	(29.034)
			Pré-operacionais	4.660	Não informa
4	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	85.392	Pré-operacionais	81.639	(11.171)
			Reestruturação	17.525	(2.601)
5	BANCO ABC BRASIL S.A.	1.634	Organização e Expansão	3.005	(1.371)
6	BANCO BONSUCESSO S.A.	3.098	Organização e Expansão	4.980	(1.882)
7	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	10.634	Aquisição e desenvolvimento de logiciais	13.022	(2.388)
8	BANCO DAYCOVAL S.A.	142	Aquisição e desenvolvimento de logiciais	142	Não informa
9	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	30.034	Benfeitoria em imóveis de terceiros	41.115	(14.756)
			Aquisição e desenv. logiciais	9.420	(7.849)
			Instalação e adaptação de dependência	5.744	(3.640)
10	BANCO PANAMERICANO S.A.	7.084	Estruturação de sistema operacional	10.604	(9.359)
			Desenvolvimento logiciais	8.062	(5.796)
			Imóveis de terceiros	5.173	(1.606)
			Outros	461	(455)

11	BANCO PINE S.A.	5.238	Gastos em imóveis de terceiros	4.289	(7.528)
			Gastos com aquisição e desenv. logiciais	8.091	
			Outros	386	
12	BANCO SANTANDER S.A.	821.808	Organização e Expansão	2.067.923	(1.246.115)
13	BANCO SOFISA S.A.	1.737	Organização e Expansão	3.737	(2.000)
14	BEMATECH IND COM EQUIP ELETRONICOS S.A.	133.721	Ágio	138.092	(22.303)
			Gastos com projetos	18.178	(5.625)
			Implantação de sistemas integrados	3.573	
			Licença de uso de softwares	1.806	
15	BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	1.213	Pré-Operacionais e Desenvolvimento de Projetos	1.213	Não informa
16	CIA BRASILEIRA DE DESENVOLV IMOB TURISTICO	402	Gastos pré-operacionais	57	(2)
			Prospecção de negócios em andamento	347	Não informa
17	CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL	9.518	Reorganização e Projetos	20.980	(11.462)
18	COMPANHIA FERROVIARIA DO NORDESTE-CFN	7.579	Programa de demissão voluntária	7.091	(6.539)
			Pré-operacionais	7.266	(239)
19	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	207.888	Ágio	227.936	(21.070)
			Outros	1.799	(777)
			Ágio	251.709	(43.494)
20	CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SP-VIA OESTE S.A.	208.828	Gastos de implantação do ERP	613	Não informa
			Ágio	20.381	(1.698)
21	CONSTRUTORA TENDA S.A.	19.347	Gastos com implantação de sistema	664	Não informa
			Benfeitorias em imóveis de terceiros e Organização e Expansão	1.533	Não informa
22	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	1.533	Ágio	3.058	(386)
			Gastos de reorganização	412	Não informa
24	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	8.232	Implantação e Pré-operacionais	8.413	(181)
25	IMOWEL SECURITIZADORA	23.527	Pré-operacionais	23.527	Fase Pré-op.
26	ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.	2	Pré-operacionais e Reestruturação	2	Não informa
27	J.MACEDO S.A.	491	Não há detalhamento	491	Não informa
28	MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	172	Pré-operacionais	172	Não informa

29	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	5.011	Pré-operacionais	5.819	(808)
30	MINERVA S.A.	993	Pré-operacionais e Reestruturação	993	Não informa
31	MOENA PARTICIPAÇÕES S.A.	25	Pré-operacionais	25	Fase Pré-op.
32	MONTICIANO PARTICIPAÇÕES S.A.	24	Pré-operacionais	24	Fase Pré-op.
33	MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.	48	Inerentes à construção de empreendimento	48	Não informa
34	MPX ENERGIA S.A.	113	Pré-operacionais	113	Não informa
35	MULTIPLAN EMP. IMOBILIARIOS S.A.	22.288	Pré-operacionais	4.627	(298)
			Projetos	21.261	(3.302)
36	NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.	51.634	Pré-operacionais	51.634	Fase Pré-op.
37	PARANA BANCO S.A.	444	Organização e Expansão	868	(424)
38	PDG REALTY S.A. EMPREENDEMENTOS E PARTS	1.068	Pré-operacionais e Reestruturação	1.068	Não informa
39	PPE FIOS ESMALTADOS S.A.	1	Não há detalhamento	1	Não informa
40	REAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL	2	Organização e Expansão	5	(3)
41	SÃO MARTINHO S.A.	22	Implantação de sistema integrado, pré-operacionais	22	Não informa
42	SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	11.112	Pré-operacionais	57.675	(46.563)
43	SETIBA PARTICIPAÇÕES S.A.	32	Pré-operacionais	33	(1)
44	SLC AGRICOLA S.A.	34.782	Pré-operacionais	5.604	Não informa
			Instalação	43.835	(14.657)
45	TARPON INVESTIMENT GROUP	81	Não há detalhamento	81	Não informa
46	TFA SECURITIZADORA S.A.	94.256	Pré-operacionais	94.256	Fase Pré-op.
47	VISION SECURITIZADORA	119.082	Pré-operacionais	119.082	Fase Pré-op.

Fonte: *Homepage* da CVM.

QUADRO 4 – Empresas com saldo na conta Ativo Diferido

Note-se que a soma dos saldos totais contabilizados no ativo diferido das 47 empresas analisadas montam quase R\$ 2 bilhões, valor este que impactará de alguma maneira em resultados futuros destas empresas, de maneira a reduzir o Lucro Contábil. Verifique-se, também, que apenas 5 companhias representam a maior parcela destes R\$ 2 bilhões, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, sendo elas as empresas: Banco Santander; Bematech; Companhia Providência; Concessionária Via Oeste; e, Vision. A seguir é descrita a análise dos dados levantados, com a verificação da relevância dos valores envolvidos, comparativamente a outras contas do balanço patrimonial.

4.1 Análise dos dados

A análise apresentada neste item visa verificar a relevância dos valores registrados na rubrica do ativo diferido das entidades que entraram para o mercado de capitais brasileiro no ano de 2007. A seguir é apresentado o Quadro 5 com os valores do ativo total e do patrimônio líquido das companhias selecionadas.

Valor do Ativo total e Patrimônio Líquido das companhias (em R\$ mil)			
Ordem	Companhia	Ativo total	Patrimônio Líquido
1	AÇUCAR GUARANI S.A.	1.810.210	1.206.301

2	AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	1.137.557	850.266
3	ATMOSFERA GESTÃO E HIGIEN. DE TÊXTEIS S.A.	180.981	8.300
4	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	1.676.954	322.520
5	BANCO ABC BRASIL S.A.	5.666.676	1.085.582
6	BANCO BONSUCESSO S.A.	1.332.679	323.519
7	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	4.310.634	1.047.637
8	BANCO DAYCOVAL S.A.	6.426.395	1.517.493
9	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	11.047.023	1.563.401
10	BANCO PANAMERICANO S.A.	5.256.477	1.302.415
11	BANCO PINE S.A.	5.707.790	800.694
12	BANCO SANTANDER S.A.	116.036.936	9.264.593
13	BANCO SOFISA S.A.	4.014.413	854.231
14	BEMATECH IND COM EQUIP ELETRONICOS S.A.	455.919	345.030
15	BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	298.001	295.456
16	CIA BRASILEIRA DE DESENVOLV. IMOB. TURIST.	938.064	895.351
17	CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL	933.100	276.375
18	COMPANHIA FERROVIARIA DO NORDESTE-CFN	479.516	48.929
19	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	941.480	465.851
20	CONCESS. RODOV. DO OESTE SP-VIA OESTE S.A.	1.052.962	267.757
21	CONSTRUTORA TENDA S.A.	880.622	706.078
22	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	365.936	365.338
23	FERTILIZANTES HERINGER S.A.	1.294.723	492.827
24	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	1.320.588	808.745
25	IMOWEL SECURITIZADORA	23.627	100
26	ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.	2.365.037	722.856
27	J.MACEDO S.A.	500.286	199.851
28	MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	1.462.013	814.045
29	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	504.388	353.627
30	MINERVA S.A.	1.366.098	530.038
31	MOENA PARTICIPAÇÕES S.A.	29	1
32	MONTICIANO PARTICIPAÇÕES S.A.	25	1
33	MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.	383.297	24.102
34	MPX ENERGIA S.A.	1.989.948	1.818.861
35	MULTIPLAN EMP. IMOBILIARIOS S.A.	2.171.096	1.874.143
36	NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.	53.672	300
37	PARANA BANCO S.A.	1.517.218	749.636
38	PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTS	1.644.748	1.349.666
39	PPE FIOS ESMALTADOS S.A.	222.208	48.555
40	REAL LEASING S.A. ARREND. MERCANTIL	19.070.979	7.001.986
41	SÃO MARTINHO S.A.	1.914.061	1.622.261
42	SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	906.042	482.900
43	SETIBA PARTICIPAÇÕES S.A.	241.039	240.998
44	SLC AGRICOLA S.A.	649.060	523.095
45	TARPON INVESTMENT GROUP	489.530	486.541
46	TFA SECURITIZADORA S.A.	97.129	3.000
47	VISION SECURITIZADORA	125.512	100

Fonte: Homepage da CVM.

QUADRO 5 – Valor do Ativo total e Patrimônio Líquido das companhias

Os valores apresentados no Quadro 5 serviram como base para a análise da relevância das contas do ativo diferido, demonstradas no Quadro 4. Esta relação é feita, portanto, a partir da determinação percentual dos valores registrados no ativo diferido, com o ativo total e o patrimônio líquido das entidades; o que está evidenciado na Tabela 1.

TABELA 1 - Representatividade do Ativo Diferido em relação ao Ativo total e Patrimônio Líquido

Representatividade do Ativo Diferido em relação ao Ativo total e Patrimônio Líquido			
Ordem	Companhia	Em relação ao Ativo total (%)	Em relação ao Patrimônio Líquido(%)
1	AÇUCAR GUARANI S.A.	0,50%	0,75%
2	AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	0,21%	0,28%
3	ATMOSFERA GESTÃO E HIGIEN. DE TÊXTEIS S.A.	2,72%	59,28%
4	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	5,09%	26,48%
5	BANCO ABC BRASIL S.A.	0,03%	0,15%
6	BANCO BONSUCESSO S.A.	0,23%	0,96%
7	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	0,25%	1,02%
8	BANCO DAYCOVAL S.A.	0,00%	0,01%
9	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	0,27%	1,92%
10	BANCO PANAMERICANO S.A.	0,13%	0,54%
11	BANCO PINE S.A.	0,09%	0,65%
12	BANCO SANTANDER S.A.	0,71%	8,87%
13	BANCO SOFISA S.A.	0,04%	0,20%
14	BEMATECH IND COM EQUIP ELETRONICOS S.A.	29,33%	38,76%
15	BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	0,41%	0,41%
16	CIA BRASILEIRA DE DESENVOLV. IMOB. TURIST.	0,04%	0,04%
17	CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL	1,02%	3,44%
18	COMPANHIA FERROVIARIA DO NORDESTE-CFN	1,58%	15,49%
19	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	22,08%	44,63%
20	CONCESS. RODOV. DO OESTE SP-VIA OESTE S.A.	19,83%	77,99%
21	CONSTRUTORA TENDA S.A.	2,20%	2,74%
22	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	0,42%	0,42%
23	FERTILIZANTES HERINGER SA	0,24%	0,63%
24	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A	0,62%	1,02%
25	IMOWEL SECURITIZADORA	99,58%	231 vezes maior
26	ISA CAPITAL DO BRASIL SA	0,00%	0,00%
27	J.MACEDO S.A.	0,10%	0,25%
28	MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	0,01%	0,02%
29	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	0,99%	1,42%
30	MINERVA S.A.	0,07%	0,19%
31	MOENA PARTICIPAÇÕES S.A.	86,21%	25 vezes maior
32	MONTICIANO PARTICIPAÇÕES S.A.	96,00%	24 vezes maior
33	MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.	0,01%	0,20%
34	MPX ENERGIA SA	0,01%	0,01%
35	MULTIPLAN EMP. IMOBILIARIOS S.A.	1,03%	1,19%
36	NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.	96,21%	172 vezes maior
37	PARANA BANCO S.A.	0,03%	0,06%
38	PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTS	0,06%	0,08%
39	PPE FIOS ESMALTADOS S.A.	0,00%	0,00%
40	REAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00%	0,00%
41	SÃO MARTINHO SA	0,00%	0,00%
42	SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	1,23%	2,30%
43	SETIBA PARTICIPAÇÕES S.A.	0,01%	0,01%
44	SLC AGRICOLA S.A.	5,36%	6,65%

45	TARPON INVESTIMENT GROUP	0,02%	0,02%
46	TFA SECURITIZADORA S.A.	97,04%	31 vezes maior
47	VISION SECURITIZADORA	94,88%	1.190 vezes maior

A partir da Tabela 1, e considerando-se os conceitos de relevância apresentados por Boynton, Johnson e Kell (2002) relativamente às duas relações propostas (0,5% do ativo total e/ou, 1% do patrimônio líquido), é possível de se estabelecer a relevância individual das contas em estudo. Assim sendo, pode-se verificar que, das 47 companhias que apresentaram valores registrados na conta de ativo diferido, em 21 existem valores considerados relevantes quando comparados com o ativo total e 22 apresentaram valores relevantes se comparado ao patrimônio líquido. E ainda, em 20 das 47 empresas, os valores eram relevantes em ambos os casos, e, se considerada a relevância em apenas um dos quesitos, são 23 entidades em destaque.

Atente-se também para o fato de que, em 6 empresas o ativo diferido era superior, em grande proporcionalidade, ao patrimônio líquido; e, fora estas, em mais outras 6 o ativo diferido era maior que 15% deste grupo contábil que reflete o capital próprio da entidade. Note-se, ademais, que nas 6 empresas em que o ativo diferido era superior ao patrimônio líquido, também era superior a 85% do ativo total da entidade; e, no caso em que as 6 empresas possuíam ativo diferido superior a 15% da sua situação líquida, em 3 delas o ativo diferido era maior que 19% do agrupamento de contas contábeis que reflete todos os bens e direitos da empresa, ou seja, o patrimônio bruto (total).

5 Considerações finais

As demonstrações financeiras publicadas pelas entidades são analisadas por uma série de usuários, principalmente, as das companhias que negociam ações na bolsa de valores, pois podem servir, dentre outras coisas, como base para uma mensuração objetiva do valor das ações das empresas. Nesse sentido, este trabalho utilizou a publicidade das companhias que entram para o mercado de capitais para estudar as suas demonstrações financeiras.

As evidências extraídas do estudo apontam em destaque o fato de que 23 das 47 companhias estudadas (quase 50%) apresentaram valores relevantes, de acordo com o critério de Relevância adotado no estudo. Além disso, dentre estas 23 entidades, 12 terão reflexos significativos no seu patrimônio líquido, quando o seu ativo diferido for levado ao resultado, considerando-se os valores expressos na data atual. Outras inferências relevantes que o estudo permite realizar são que: entre as empresas que entraram para o mercado de capitais brasileiro em 2007, a que possuía maior saldo na rubrica de ativo diferido foi o Banco Santander, o qual, se considerado o saldo bruto da conta ativo diferido (saldo líquido mais a amortização acumulada), representa aproximadamente 60% dos valores totais registrados pelas empresas estudadas, neste subgrupo de contas do ativo permanente (R\$ 2,1 bilhões de R\$ 3,5 bilhões); as que merecerem um destaque especial são a TFA Securitizadora e a Vision Securitizadora, pois seus saldos de ativo diferido equivaliam à quase totalidade de seu patrimônio total, que em ambos os casos foi de aproximadamente R\$ 100 milhões; e ainda, a égide que apresentou maior incidência dentro da rubrica de ativo diferido foi a de gastos pré-operacionais, sendo referenciada por 23 das 47 empresas investigadas (quase 50%), ressaltando-se o fato de que apenas 6 delas estavam em fase de pré-operações (em que as atividades operacionais da empresa ainda não iniciaram); nas demais 17, os gastos eram pré-operacionais, mas as empresas em si já estavam em atividade/operação.

Diante deste contexto, pode-se perceber que o ativo diferido, em alguns dos casos elencados pelo estudo, possuem um poder informativo representativo, principalmente no caso das empresas que estão entrando para o mercado, e mais ainda para as que estão em fase pré-

operacional ou que recentemente iniciaram suas operações. Nesse sentido, é importante que as companhias evidenciem, nas suas demonstrações contábeis e/ou em notas explicativas a essas, de maneira clara e transparente, os seus ativos diferidos sempre que estes expressem valores relevantes, e, principalmente, quando esses valores possuírem a capacidade de impactar no resultado da companhia, independentemente se no curto (presente) ou no longo prazo (futuro).

Espera-se que a presente pesquisa tenha contribuído na construção do conhecimento sobre o tema abordado. A partir do estudo apresentado, outros podem surgir. Sugere-se que futuras pesquisas estudem duas questões em especial: a primeira é no que diz respeito ao tratamento dado ao ativo diferido, principalmente à sua amortização, nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as alterações inseridas pela Lei nº 11.638/07; e, a segunda, é quanto ao comparativo de companhias que possuem ações na bolsa brasileira e em outras bolsas internacionais concomitantemente, buscando analisar se existe impacto diferenciado no valor das ações da empresa nos diferentes mercados, em função dos valores que, no Brasil, estejam registrados no ativo diferido.

Referências

- BEUREN, I.M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por ações.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
- BRASIL. Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999. Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99).
- BRASIL. Instrução CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações.
- BRASIL. Resolução CFC nº 981, de 11 de novembro de 2003. Aprova a NBC T 11.6 – Relevância na Auditoria.
- CVM. Disponível em: www.cvm.gov.br. Acesso em: 15/03/2008.
- DALMACIO, F.Z; REZENDE, A.J.; LIMA, E.M.; MARTINS, E. A relevância do ativo diferido e do *goodwill* no processo de avaliação das empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 7, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAC/FEA/USP, 2007. CD-ROM.
- HENDRICKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____; LOPES, A.B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.
- _____; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KPMG BRAZIL. **Comparações entre práticas contábeis**. Office Directory, Brasil, maio 2001. Disponível em: www.kpmg.com.br. Acesso em: 20/05/2007.
- PEREIRA FILHO. **Criador dos BRICS diz que Brasil vira potência com alta de 3,5% no PIB**. Uol Economia. 14/03/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia>. Acesso em: 10/08/2007.
- PROJETO BRICS. Disponível em: <http://brics.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 15/02/2008.